

4. No que tange aos serviços públicos, os critérios éticos que os norteiam são a eficiência, o fácil acesso, que sejam feitos com sensibilidade e com critérios humanos, que estejam guiados pelo "senso do serviço". Pois, "quem não se revolta com o descaso no atendimento aos usuários dos serviços públicos, a morosidade, a irresponsabilidade, o parasitismo, a falta de compaixão com o sofrimento dos pobres no INSS, nas escolas, hospitais, fóruns, delegacias e outros órgãos de atendimento ao grande público? As filas intermináveis dos aposentados, dos doentes e outras categorias humildes são o sinal mais claro da insensibilidade social e do descuido de muitos de nossos servidores" (9)

5. A formação e a moralização dos políticos é outra necessidade urgente. Deles espera-se que sejam verdadeiros "homens de Estado" e não "negociantes do poder". Por isso, faz-se mister cortar o laço que une a política aos negócios. A prática política administra os interesses de todo o povo e não os negócios privados, as jogadas pessoais, as relações privilegiadas.

É preciso superar a separação entre a ética "da rua" e a ética da "casa"

6. Se a política é, por essência, ética, refere-se fundamentalmente à justiça. A lei, dessa forma, em nosso país, precisa ser recuperada como instrumento da justiça. "Existe, no Brasil, a mentalidade de que a lei se aplica aos inimigos e o benefício aos amigos. Os pobres e pequenos são condenados; os ricos e poderosos gozam, na prática, de impunidade. Há uma constatação de que o legal frequentemente não coincide com o legítimo"¹⁰.

Para encerrar, em sintonia com a 2ª **Semana Social Brasileira** (de 24 a 29 de julho p.f.), é necessário reconhecer a importância do processo de conscientização e de criação da "cidadania" política e social. Nesta perspectiva, **os pobres são os novos sujeitos políticos, os protagonistas de uma nova sociedade**. Por esta e outras motivações, devem ser o centro e a razão da legislação e da Constituição brasileira. A grande aspiração de ser pessoa, expressa no rosto dos excluídos, é o valor maior como reivindicação pela conquista dos direitos fundamentais e inalienáveis, porém negados. ♦

NOTAS

¹ LAMOUNIER, Bolívar, in Revista *Veja*, 29-12-1993

² *Centésimus Annus*, 46

³ *Veritatis Splendor*, 100

⁴ DA MATTA, Roberto da, *The New York Times*, in Revista - *Veja*, 05-01-1994

⁵ *Ibid.*

⁶ *Ibid.*

⁷ CNBB, "*Ética, Pessoa e Sociedade*", Ed. Paulinas, SP, 1993, p. 87

⁸ *Veritatis Splendor*, 101

⁹ CNBB, "*Ética, Pessoa e Sociedade*", p. 142

¹⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 138

Endereço do Autor:

*Casa Paroquial de Dom Joaquim
cx postal 145
88350-000 BRUSQUE, SC*

Política e Igreja

Sabedoria e Política

*Pe. Ney Brasil Pereira
Professor de Exegese*

Qual o político que não desejaria ser sábio? Se a resposta a esta pergunta é, por certo, afirmativa, provavelmente não vale o inverso: não são muitos os sábios que desejem ou pretendam ser políticos, os sábios contentando-se com analisar, refletir, ponderar e, se for o caso, sugerir, reconhecendo que não é seu específico a

esfera e atividade diretamente políticas.

Temos, assim, contrapostos, no título deste estudo, duas realidades que gostaríamos de aprofundar no seu aspecto teológico, neste ano especialmente "político", de eleições gerais em nosso país: **Sabedoria e Política**, esta, iluminada por aquela. Pretendo iniciar com uma visão geral da Sabedoria bíblica no seu aspecto "político", evidentemente

uma visão sintética, para não ultrapassar os limites de um artigo, detendo-me depois no livro chamado "*da Sabedoria*", o último produzido no Antigo Testamento, deuterocanônico, e considerando enfim a Sabedoria "política"¹ de Jesus, no Novo Testamento, para propor, depois, algumas conclusões.

1. A SABEDORIA "POLÍTICA" NO ANTIGO TESTAMENTO

Embora os livros "Sapienciais", ou seja, de "Sabedoria", na forma como os temos hoje, tenham sido produzidos no período final do AT, no pós-exílio, a começar por Jó e a redação final de Provérbios (cc. 1-9 e 30-31), a Sabedoria em Israel já começou a manifestar-se por escrito desde, pelo

menos, a época de Salomão, no século X aC. De fato, a essa época se atribuem as seções mais antigas de Provérbios (cc. 10-22 e 25-29), além também de aí situar-se o documento J do Pentateuco, que é, no seu início (Gn 2-4), uma reflexão sapiencial sobre o ser humano (homem e mulher) e Deus, sua origem e fim, pecado, sofrimento, morte etc. Note-se ainda que esta "Sabedoria", preservada na Bíblia, não é totalmente original, os mesmos temas e enfoques aparecendo também nos escritos sapienciais da Assírio-Babilônia e do Egito, desde o III milênio aC², a novidade bíblica sendo a concepção monoteístico-salvífica de Deus.

esta "Sabedoria", preservada na Bíblia, não é totalmente original"

Mas, para começar, o que é "Sabedoria"? Os escritos sapienciais pós-exílicos exaltarão a sua sublimidade, inacessibilidade, o seu mistério, p. ex. em Jó 28, focalizando-a em Deus. Nós, situando-nos mais em nosso nível inter-humano, podemos descrevê-la como a arte de bem conduzir a própria vida, levando em conta a experiência dos antigos e a própria experiência, e praticando um comportamento que permita o sucesso e a felicidade no dia-a-dia³.

Trata-se, fundamentalmente, do "bom-senso", do discernimento, e é uma forma de habilidade, derivada do "saber-fazer" do artesão, que é "sábio" na sua arte, como se exprime Ex 31,3 a respeito dos construtores do Santuário no deserto: Deus os enche com o seu "espírito", com "sabedoria" (hebr. *hokmah*), "inteligência" (hebr. *tebunah*) e "conhecimento" (hebr. *da'at*), para que sejam capazes de fazer o que devem fazer...

Se este saber-fazer é importante para um operário ou artesão, na sua atividade prática, que dizer da habilidade política, do "saber fazer", antes, do "saber mandar-fazer" de um chefe, um governante, um rei? Responda-nos o livro dos Provérbios, c.8,12-14, propondo-nos a sua síntese da "sabedoria política" ou, como diz a Bíblia de Jerusalém, "sabedoria real"⁴:

A. ¹² *"Eu, a Sabedoria, moro com a Sagacidade e possuo o Conhecimento dos Projetos.*

¹³ *Detesto o orgulho e a soberba, o mau caminho e a boca falsa.*

¹⁴ *Possuo o Conselho e a Habilidade, são minhas a Inteligência e a Fortaleza.*

B. ¹⁵ *É por mim que reinam os reis e os grandes decretam leis justas;*

¹⁶ *por mim governam os príncipes e os nobres julgam com Justiça.*

[17]

C. ¹⁸ *Comigo estão a riqueza e a glória, os bens estáveis e a Justiça.*

[19]

²⁰ *Eu caminho pela senda da Justiça e ando pelas veredas do Direito,*

²¹ *para prover de riquezas os que me amam e abarrotar os seus tesouros.*

Notar, na estrutura desta pericope, as três partes que nos caem em vista: 1. a AUTO-APRESENTAÇÃO DA SABEDORIA (letra A), com o séquito numeroso das várias qualidades sapienciais, a maioria delas também encontradas e concentradas no famoso retrato do futuro messias davidico, segundo Is 11,2:

Sobre ele repousará o Espírito de Jahweh, espírito de Sabedoria e de Inteligência espírito de Conselho e de Fortaleza, espírito de Conhecimento e de Temor de Jahweh ...

2. a REIVINDICAÇÃO, que faz a Sabedoria (letra B), de ser essencial na atividade política dos reis e grandes e príncipes e nobres, os quais, deixando-se guiar por ela, governam com Justiça e decretam "leis justas"... a Justiça no agir político sendo o resultado dessa presença e atuação da Sabedoria.

Novamente Isaías, no já citado retrato do rei messiânico (Is 11), desenvolve insistentemente essa temática da Justiça que caracteriza o governo, a ação política do Messias, um Messias "cheio do Espírito de Sabedoria"(v. 2):

³ *Ele não julgará (decidirá) segundo a aparência e não arbitrará apenas por ouvir dizer.*

⁴ *Antes, julgará os fracos com Justiça e com equidade arbitrará em favor dos pobres da terra. Ferirá a terra com a vara de sua boca e com o sopro de seus lábios matará o ímpio.*

⁵ *A Justiça há de ser a correia de sua cintura e a Fidelidade (verdade), o cinto de seus rins.*

É por mim que reinam os reis e os grandes decretam leis justas

3. as PROMESSAS, a garantia que faz a Sabedoria aos que notadamente os reis - por ela se deixam conduzir (letra C): riquezas, glória, tesouros abarrotados, prosperidade, além da reafirmação da Justiça e do Direito (v. 20). Notar como Isaías, no texto paralelo que estamos aduzindo (Is 11,1-9), desenvolve poeticamente os efeitos do governo justo do Messias sábio: nos vv. 6-8 multiplica o profeta as imagens da situação paradisíaca numa terra reconciliada, na qual "o lobo mora com o cordeiro... a vaca e o urso pastam juntos... a criança de peito brinca junto à cova da serpente... e ninguém mais pratica o mal: é o reinado da Paz como fruto da Justiça, na lapidar afirmação do mesmo profeta no c. 32,17.

Como texto sálmico paralelo podemos lembrar o belo Sl 72, que é uma súplica pelo feliz reinado "do rei e do filho do rei", pelos quais se pede que "governem o povo com Justiça" e "os pobres segundo o Direito" (v. 2); que eles "salvem os filhos do indigente e esmaguem os opressores" (v. 4); que "em seus dias floresça a Justiça e a plenitude da Paz" (v. 7)... E temos ainda o Sl 101, que a Bíblia de Jerusalém intitula "o espelho dos príncipes", e que é uma espécie de compromisso solene do rei messiânico de, praticando o amor (hebr. *hesed*⁵) e o direito, andar na integridade, fazer calar os caluniadores, não permitir fraudes em seu palácio, não tolerar mentirosos, "extirpar da cidade de Jahweh todos os malfetores" (v. 8b)... Notar também, no Sl 2,10, a interpelação aos reis, interpelação que será retomada, a seu modo,

no início do livro da Sabedoria: *"Agora, ó reis, sede prudentes: deixai-vos corrigir, juizes da terra"...*

Pelo fato de a Sabedoria ser tão necessária aos governantes, os reis cercavam-se de "sábios" como seus conselheiros, como o lembra Isaías, censurando a insensatez dos assistentes do Faraó, "sábios" que, segundo o profeta, "dão ao Faraó conselhos estúpidos" (Is 19,11).

O mesmo Isaías, na dura passagem do c. 29,14 contra o povo de Jerusalém, anunciou que "a sabedoria dos seus sábios perecerá e a inteligência dos seus entendidos se desfará", consumando a advertência de um dos sete "ais" do c. 5, logo após o cântico da Vinha: *"Ai dos que são sábios a seus próprios olhos e inteligentes na sua própria opinião"* (Is 5,21). Também Jeremias anuncia a humilhação dos pretensos "sábios", que serão envergonhados, perturbados e capturados", porque desprezaram a palavra de Jahweh! (Jr 8,8-9).

que "governem o povo com Justiça" e "os pobres segundo o Direito"

No ambiente extra-bíblico, notamos que a maior parte das "instruções" egípcias provém dos ambientes da corte, e contém recomendações sobre a melhor maneira de governar. Também na Mesopotâmia, embora mais raramente, encontram-se tais instruções. Na região sírio-palestina, segundo VANEL⁶, a Sabedoria, mais que um atributo dos escribas, é "a virtude política por excelência". Do século VIII, p. ex., uma inscrição fenícia apresenta a Sabedoria, junto com a Justiça e a Bondade, como as qualidades que tornaram o rei Azitawadda benquisto; da mesma época, uma estela aramaica faz e celebra o paralelo entre a Sabedoria e a Justiça do rei Panammu...

Forma eminente da sabedoria humana, a "sabedoria real" é concebida como participação da Sabedoria divina, p. ex. em 1Rs 3,28: Salomão possuía uma "Sabedoria divina para fazer justiça", Sabedoria por ele pedida no v. 9 e que Deus lhe concede no v. 12. Essa sabedoria "real", ou sabedoria "política", é "a mais alta forma de sabedoria"⁷, porque tem por objetivos a vida, o sucesso e a felicidade de todos, e a integração do equilíbrio e do funcionamento da sociedade nos da natureza e do mundo. Esse "discernimento astucioso", esta "arte de encontrar soluções" pertence, por isso, de direito, aos reis, com seus "sábios", como aos deuses, com seus "deuses conselheiros"... Mas junto com a Sabedoria é preciso que esteja a força e valentia (hebr. *geburah*), como se vê em Is 9,5 e 11,2: a "força" sendo necessária para triunfar dos maus e dos inimigos externos, que reproduzem as forças do caos contra o mundo organizado.

Aqui parece útil sintetizar o que escreve o já citado VANEL⁸ sobre a "sabedoria política" salomônica. Concebida como participação privilegiada do rei no poder exercido sobre o povo pela divindade, ela facilmente poderia descambar para a tirania. Por isso, as críticas a esses desvirtuamentos já na literatura sapiencial egípcia (*"Quetxas do campo-nês"* e *"Admoestações de Ipuwer"*) e na mesopotâmica (*"Conselhos a um príncipe"*), como também em várias passagens do Antigo Testamento, p. ex. 1Sm 8,10-16 e 1Rs 12. O que se questiona é o princípio de "uma sabedoria política que dá a si mesma seus próprios critérios", justificando

todos os meios em vista dos fins... e para a qual o Deus de Abraão e de Davi só contaria como o garantidor da legitimidade dinástica, sancionando tudo o que para ela contribua...

"Esses aspectos contestáveis e perigosos da sabedoria política vão ser postos à luz em escritos aparentemente de legitimação", como o chamado "livro da sucessão dinástica" (2Sm 9-12 + 13-20 e 1Rs 1-2) e o documento J, comparáveis à "profecia" egípcia de Neferti... e isso por homens formados nas escolas de sabedoria mas conscientes da originalidade de Israel e fiéis ao jlavismo⁹.

Assim, no referido "livro da sucessão dinástica", recordando que Salomão deve o trono à vontade de Jahweh, manifestada no começo e no fim do documento pelo profeta Natã (cf 2Sm 12,24-25 e 1Rs 1,11-45), o autor mostra o fracasso da pretensa sabedoria de conselheiros que pretendiam organizar a sucessão de Davi à sua maneira, favorecendo sucessivamente Amon, Absalão e Adonias, mas em vão... E isto porque, segundo Pr 19,21: *"Numerosos são os projetos no coração do homem, mas é o plano de Jahweh que se realiza"*... ou, segundo Pr 21,30: *"Não há sabedoria, nem inteligência, nem plano, diante de Jahweh!"*

Também no documento javista, admitindo-se, segundo CAZELLES¹⁰, o parentesco entre esse escrito e o "livro da sucessão dinástica", nota-se a mesma reserva em relação à sabedoria egípcia, caracterizada pela astúcia e não levando em conta a vontade de Jahweh. A serpente astuciosa de Gn 3 (evocando o culto canaanítico e/ou o *uræus* faraônico?) é um conselheiro sutil que leva a considerar odioso o mandamento de Jahweh e a transgredi-lo, discernindo o homem por si mesmo o que é bom ou mau, discernimento que é a prerrogativa da divindade... mas o resultado dessa pretensa independência é a nudez, o fracasso, a morte. Na perspectiva de conjunto do J, Israel, tornando-se um Estado, certamente muito deve às nações e ao Egito, e à sua sabedoria, mas sem perder a originalidade do seu relacionamento de aliança com Jahweh, que é o único que salva, e de quem provém a verdadeira sabedoria.

Vale a pena, também, da crítica de Isaías aos "sábios", especialmente os da corte, comprometidos com o "sistema"¹¹, deduzir o seu conceito da verdadeira "sabedoria política". Nos seus "ais" contra os dirigentes do povo, no c. 5,9-24 e 10,1-2, o profeta ataca a prática desses líderes, que sabem mas não fazem o que é justo. Em 5,20 ele condena a inversão dos valores, e em 5,21 a soberba ou tolice dos pretensos sábios, "sábios a seus próprios olhos", já ridicularizados em Pr 26,5.12.16. Em 5,22-24 o profeta ataca os juizes que se deixam subornar e *"negam ao justo a sua justiça"*, porque rejeitaram a lei de Jahweh e sua palavra. Em 5,12 e 19 ele verbera os que não têm olhos para ver a "obra" e entender o "plano" de Jahweh.

Essa sabedoria "política" é a "mais alta forma de sabedoria"

Nos oráculos contra o Egito e contra a política de aliança com essa potência estrangeira (Is 19.30.31), o profeta contrapõe a obra e o plano de Jahweh à obra e plano do Faraó, proclamando que Jahweh não precisa de "lições" de Sabedoria, pois ele vê e conhece os que queriam ocultar-lhe suas tramas (cf 29,15-16), enquanto os pretensos "sábios"

nada conhecem, antes ficarão desorientados pela maneira inesperada de Jahweh agir (28,21-22). Ele que é o verdadeiro sábio (31,2: hebr. *hakam*). Jahweh vai confundir os "sábios" egípcios (19,1-2) e se utilizará da Assíria para punir seu povo (10,5-6), não deixando, porém, de punir por sua vez o orgulho estúpido da mesma Assíria, que ultrapassa a sua condição de instrumento (10,15). É significativa, a propósito, a parábola do c. 28,24-28 sobre os trabalhos agrícolas, realizados cada um a seu tempo, símbolos da ação sábia e oportuna de Jahweh, que demonstra assim seu maravilhoso conselho e a grandiosidade da sua obra (28,29). Quanto ao profeta, ele mesmo, é na fidelidade que aprende a discernir o plano de Jahweh, plano que o seu povo se torna incapaz de ver e ouvir e compreender ... (cf 6,9-10)

da crítica de Isaias aos "sábios", deduzir o seu conceito da verdadeira "sabedoria política"

Entretanto, já vimos, acima, qual é o conceito positivo que Isaias tem, da verdadeira "sabedoria política". É aquela que, segundo o oráculo messiânico do c. 11,2, é constituída não só dos atributos clássicos da sabedoria "real" (*sabedoria, conselho, inteligência, valentia*), mas é ainda integrada pelo "conhecimento" e o "temor" de Jahweh. O "conhecimento de Deus", tão importante em Oséias¹² e o "temor de Deus", que é o "princípio da Sabedoria" (cf Pr 1,7 e 9,10; Jó 28,28; Sir 1,14ss) tornam-se garantias de que esse rei "sábio" há de governar com justiça, defendendo o pobre e reprimindo o opressor (Is 11,3-5), daí resultando, em todo o seu reino, a plenitude da paz (cf Is 11,6-9), da qual todos, a começar pelos pobres são beneficiários.

2. SABEDORIA E JUSTIÇA NO "LIVRO DA SABEDORIA"

O "livro da Sabedoria", que tem, no original grego, o título de "Sabedoria de Salomão", começa com a proclamação surpreendente "Amai a justiça, vós que julgais a terra ..." quando se esperaria, como aliás se lê no c. 6,21: "Honrai a sabedoria, chefes dos povos!" Por quê, qual o sentido dessa exortação inicial, que depois repercute no restante do livro, num insistente confronto entre "justos e injustos", não entre "sábios e néscios"? É verdade que o centro do livro, os cc. 6-9, focalizam, descrevem, apresentam como sumamente desejável e incomparável a Sabedoria, não a Justiça, e uma Sabedoria divina, que vem de Deus, sem a qual Salomão se confessa incapaz de exercer o poder real. Por quê, então, este exórdio inesperado? Por quê essa conclamação inicial a "amar a Justiça"?

O autor, extraordinário anônimo cuja vida desconhecemos, mas cujo hábitat, segundo os entendidos, foi o ambiente cosmopolita de Alexandria, no Egito, pouco antes - ou depois?¹³ - da conquista desse país pelos romanos no ano 30 aC¹⁴, deve ter sido, como sábio que era, um homem impressionado com o "mistério da iniquidade", da insensatez, da injustiça que caracterizava aquela brilhante metrópole. As estatísticas variam: 200.000 judeus, numa cidade de 500.000 habitantes¹⁵, ou 100.000 judeus, numa metrópole de 300.000 cidadãos livres e mais de 600.000 escravos¹⁶ ...

Seja como for, estamos na reconhecida capital cultural do helenismo, fundada cerca de trezentos anos antes por Alexandre Magno, centro também comercial e centro religioso, onde confluíam as mais variadas expressões culturais e onde a idolatria ostensiva, incluindo a adoração dos próprios animais, campeava florescente.

Não é de admirar que os judeus, apesar do seu número expressivo, fossem um corpo estranho na grande cidade, e que enfrentassem, de quando em quando, conflitos com os pagãos. Isto num país que tinha, outrora, recebido hospitaleiramente os filhos de Israel mas depois os tinha oprimido (cf Sb 19,14-17), realizando-se então a grande epopéia do êxodo. Agora, nesse ambiente cosmopolita e opressivo, é natural que muitos judeus sintam a fé abalar-se e fraquejar, correndo o risco da apostasia. É nessas circunstâncias que o autor do livro, fazendo-se porta-voz da fé da sua comunidade, elabora o seu "livro da Sabedoria", dedicando-o, porém, aos "governantes", aos que "dominam a terra".

Seu livro, portanto, além de ser, também, um escrito reconfortante e reanimador para seus irmãos na fé, é um verdadeiro "tratado de teologia política", "o mais importante do Antigo Testamento", na expressão de L. ALONSO-SCHOEKEL¹⁷, como tal ultrapassando as dimensões de uma sabedoria "para mim", ou "para nós", intra-pessoal ou intra-comunitária¹⁸, e tornando-se verdadeiramente inspirador para todos os que, nos mais diversos graus da ação política, estejam exercendo o poder. É para eles, todos eles, que o autor conclama, logo de início: "Amai a justiça, vós que julgais a terra". E o faz, percebendo o quanto de responsabilidade recai sobre eles, o quanto deles, da sua ação política, do seu governo justo, depende a vida do povo!

É por isso que o autor elabora esse "tratado sobre a justiça no governo, com argumentação teológica e orientação sapiencial", como diz ainda L. ALONSO-SCHOEKEL¹⁹, lembrando que já um antigo provérbio rezava: "O trono se firma na justiça" (Pr 16,12b). Ora, é evidente que esta temática deve ter sido provocada pelas circunstâncias. Se o autor conclama os governantes à justiça, é porque está percebendo e sofrendo a injustiça, especialmente a injustiça estabelecida ou institucionalizada. E fundamenta seu apelo na justiça de Deus, de quem os reis recebem a autoridade, e a quem deverão prestar contas severas, como ele mesmo explica no c. 6,3-5:

*"O domínio vos vem do Senhor,
e o poder, do Altíssimo,
que examinará vossas obras
e perscrutará vossas vontades.
Se, pois, sendo servos do seu Reino,
não governastes retamente,
não observastes a Lei
nem seguistes a vontade de Deus,
Ele cairá sobre vós terrivelmente, bem depressa,
pois um juízo implacável se exerce
contra os que estão colocados no alto"...*

Esse "juízo implacável" de Deus, o autor o descreve em dois níveis: o nível escatológico, nos cc. 2-5 e o nível histórico, exemplificado pelo êxodo, nos cc. 11-19, a justiça de Deus na história demonstrando e antecipando sua justiça definitiva. Notar, porém, que essa "justiça de Deus", que "é justo e ama a justiça" (Sb 11,7), não se esgota na retribui-

ção, no castigo ou prêmio: a retribuição é a sanção final daquele que ama a justiça e em favor dela atua, que é o "Senhor e amigo da vida" (Sb 10,26) e quer o bem de todos os seus filhos. No entanto, esse ato final da retribuição escatológica, anunciado antecipadamente, é uma das forças que hão de mover as pessoas, reis e plebeus, que resistem à prática da justiça²⁰.

Mas como cumprirá um governante a sua missão de justiça? O autor responde que é pela Sabedoria! De que modo? - Deus, que dá ao governante a missão de garantir a justiça, lhe concederá também a Sabedoria para que cumpra a sua missão. O governante, porém, deve abrir-se a ela, que-rê-la, amá-la, pedi-la... (cf cc. 7-9 do livro, nos quais fala o próprio Salomão em primeira pessoa, revivendo o que desse monarca refere o 1º livro dos Reis, c. 3).

Pois bem, essa sabedoria "política", ou Sabedoria no governo, é um aspecto e concretização essencial - de tantas conseqüências! - da Sabedoria inclusiva e transcendente que é dom de Deus e mora com Ele nos céus (cf Sb 9,9-10) e que, concedida ao homem, o conduz à prática da justiça e o eleva ao Reino e à imortalidade.

Pelo contrário, o inverso da Sabedoria é a idolatria, que o autor descreve e ataca longamente nos cc. 13-15. Com sua falsificação da divindade, a idolatria acoberta a injustiça, tranqüiliza enganosamente o tirano ou lhe serve como instrumento de dominação e degrada o homem. Idolatria é "pensar mal de Deus"- o contrário da exortação inicial no c. 1,1b - e é incompatível com a Sabedoria²¹. Não é por nada que a primeira carta de João, depois de recordar à comunidade que "nós já estamos no Verdadeiro, no seu Filho, Jesus Cristo, que é o Deus verdadeiro e a Vida Eterna", lacônica e dramaticamente nos adverte, na sua palavra final: "Filhinhos, guardai-vos dos ídolos!" (1Jo 5,20b-21). Os "ídolos", naquele tempo, eram coisificados em estátuas e cultuados em templos. Não diversamente, mas com muito mais sutileza e muito maior eficácia, eles continuam a atrair grandes e pequenos adoradores, nos templos da modernidade: os bancos e os shoppings. Como escapar ao seu fascínio e poder?

O autor aceitou o desafio de sua época, na Alexandria-cosmopolita do século I, e convenceu-se de que era possível lutar contra a corrente e enfrentar a dominação. De que maneira? Recolhendo e assumindo a sabedoria de Israel, o seu povo, e propondo-a, além de a seus irmãos judeus, expressamente aos governantes, aos que detinham o poder, mesmo não compartilhando a sua fé, para que ao menos compartilhassem seu bom-senso. A todos o autor propõe "a verdadeira sabedoria, que leva à prática da justiça e, conseqüentemente, à vida para todos. É a sabedoria que vem de Deus e produz a justiça, opondo-se à idolatria, que produz a injustiça. Tal Sabedoria guiou magistralmente a história do povo de Deus, revelando que a felicidade e a bênção pertencem a seus amigos. Para os que não se aliam ao Deus da vida resta apenas a morte (cf c. 5)." No êxodo do Egito, terra de escravidão, Israel descobriu a justiça de Deus, que comunica ao povo a verdadeira Sabedoria. Doravante, toda sabedoria, para ser verdadeira, implica o exercício da justiça, e esta leva à libertação", como bem sintetiza I. STORNIO-LO²².

Concretamente, diante da situação do país, da Igreja, da comunidade civil e religiosa, valeria a pena apontarmos, agora, para a relação entre "sabedoria e exercício do po-

der"²³. Diante do apelo inicial do livro da Sabedoria - "*Amai a justiça, vós que governais a terra*" (Sb 1,1) - tornam-se justificadas as perguntas: como está o exercício do poder, nesses vários níveis? e cada um de nós, que fazemos com o poder que temos? que tipo de relações sociais transparecem em nosso convívio? que relação, também, existe, entre "saber" e "poder"? e entre "saber" e "sabedoria segundo Deus"?

Cai na vista que, lido desta forma, o livro da Sabedoria joga uma luz poderosa sobre "uma das questões mais desafiadoras da nossa vivência ética e religiosa, **justamente o exercício do poder**"²⁴. Que bom seria se não tapássemos esta luz!

3. A SABEDORIA "POLÍTICA" DE JESUS

A experiência pascal fez os discípulos reconhecerem em Jesus a realização de todas as promessas. Ele é "o Profeta que devia vir", "o rei de Israel", o Messias, o Salvador esperado, a Palavra, a Sabedoria de Deus. Ele é também, numa das sínteses mais poderosas do Novo Testamento, "o Caminho, a Verdade, a Vida", segundo Jo 14,6. É nele, pois, na sua prática e no seu ensinamento, que iremos encontrar, com certeza, a melhor "Sabedoria política" que possamos desejar. Isto, apesar do aparente desinteresse político daquele que afirmou, perante a autoridade romana: "*Meu reino não é deste mundo*" (Jo 18,36)²⁵ e que, ante a insistência dos seus adversários a que tomasse uma posição política de revolta ou de aceitação do imposto imperial, respondeu: "*Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus*" (Mc 12,13-17 e pil)²⁶.

No entanto, o mesmo "Mestre e Senhor", conhecendo profundamente a natureza humana (cf Jo 2,25), a seus **"uma das questões mais desafiadoras da nossa vivência ética e religiosa"**

discípulos, sempre preocupados com o "primeiro lugar", com "qual deles seria o maior", propôs constantemente a **mística e sabedoria do serviço**: "*Aquele dentre vocês que quiser tornar-se grande, seja o servo dos outros; e aquele que quiser ser o primeiro dentre vocês, seja o servo de todos*" (Mc 10,43-44). Ai está, parece-me, a novidade da Sabedoria "política" de Jesus, sobre a qual vale a pena refletirmos um pouco.

Jesus não ignora que não existe grupo humano que subsista sem o mínimo de organização, isto é, reconhece que é necessário haver os que mandam e, em conseqüência, que haja os que são mandados²⁷. E por isso mesmo não proíbe a seus discípulos de quererem ser "o maior": "*Se alguém de vocês quiser tornar-se grande...*" (Mc 10,43) Além disso, reconhece que a autoridade, mesmo a de Pilatos, é legítima, porque vem de Deus (cf Jo 19,11), como aliás ensinam também outras passagens do Novo Testamento, refletindo o pensamento do Mestre, p. ex. a famosa (e famigerada?) pericope de Rm 13,1-7, além de 1Pd 2,13-14 e Tt 3,1²⁸, como já ensinara, também, e o vimos acima, o autor do livro da Sabedoria (Sb 6,3). Mas ele sabe, por outro lado, que o poder corrompe, fascina, tiraniza, prevalece, tantas vezes abusa da força: "*Aqueles que vemos governar as nações as dominam, e seus grandes as tiranizam...*" (Mc 10,42). É por isso que, de várias maneiras e em várias circunstâncias, tanto na

tradição sinótica como no quarto evangelho, Jesus alertou seus discípulos contra esses desvios.

O primeiro alerta ocorreu "*ao chegarem a Cafarnaum*", depois que Jesus, pelo caminho, distanciando-se da multidão e preparando os discípulos para a dura prova que os esperava, pela segunda vez lhes anunciara sua Paixão. Eles, porém, não o compreendiam, tinham medo de interrogá-lo e... preferiram entreter-se com seu assunto preferido: discutir sobre "*qual deles era o maior*" (cf Mc 9,30-34). "Ele, então, sentando-se, chamou os Doze e disse: '*Se alguém quiser ser o primeiro, seja o último e aquele que serve a todos*'" (v. 35).

"Se alguém quiser ser o primeiro, seja aquele que serve a todos"

O segundo alerta ocorreu quando se aproximavam de Jerusalém (cf Mc 10,32), logo depois que Jesus, mais uma vez, gravemente lhes anunciara, aos Doze, a sua Paixão iminente... Pois esse é o momento em que Tiago e João, sem nada entenderem do que lhes fala o Mestre, antecipam-se aos companheiros para garantirem para si, junto a Jesus, "na sua glória", um lugar à sua direita e à sua esquerda... (cf Mc 10,35-40)²⁹ É então que, diante da indignação dos dez companheiros contra os dois pretendentes, Jesus os chama a todos e lhes diz: "*Vocês sabem que aqueles que vemos governar as nações as dominam, e seus grandes as tiranizam. Entre vocês não deverá ser assim: ao contrário, aquele que dentre vocês quiser ser grande, seja o servidor (gr. diákonos) dos outros; e aquele que quiser ser o primeiro dentre vocês, seja o servo (gr. doulos, escravo) de todos!*" E acrescentou, numa afirmação paradoxal e lapidar, referindo-se a si mesmo: "*O Filho do Homem*" (que Dn 7,13-14 apresenta como vindo para reinar e ser servido pelas nações!) *não veio para ser servido, mas para servir... e dar a vida em resgate por muitos*" (Mc 10,41-45).

Um terceiro alerta de Jesus ocorre no contexto da inexorável denúncia profética da hipocrisia de escribas e fariseus, os de ontem e os de hoje, no c. 23 de Mateus. Antes de verberá-los com os 7 violentos "ais" dos vv. 13-31, e depois de desnudar-lhes a falsidade e vaidade, Jesus se volta para os discípulos, prevenindo-os, e lhes proíbe que se deixem chamar de "mestres", pois *um só é o Mestre e todos são irmãos*; que a ninguém chamem na terra de "pai", pois *um só é o Pai, que está nos céus*, e não aceitem de serem chamados "guias", pois *um só é o guia, o Cristo* (cf vv.8-10)... E conclui: "*Antes, o maior dentre vocês será aquele que serve* (lit. "o servo", gr. *diákonos*, Mt 23,11). E aqui, à se melhança do que já observei acima, Jesus não ignora que todos temos necessariamente pais aqui na terra e tivemos de aprender com os que sabiam mais do que nós, nossos professores, pelo menos os do curso primário³⁰... Mas é no contexto da pretensão dos que se prevaleciam da sua posição social de mestres e chefes que Jesus, radicalmente, ensina seus discípulos a não serem mestres e chefes **assim**. Tanto é verdade que logo repropõe a fórmula que já aparecera no c. 20: "*o que quiser ser o primeiro dentre vocês será o que serve a todos*" (cf Mt 20,26-27)... isto é, ele supõe - e não podia deixar de supor - que necessariamente há de haver, também entre os discípulos, mesmo numa eclesiologia fraterna, de

comunhão, alguém que seja, ou se torne, "o maior"... que seja para servir!

Idêntico ensinamento é situado por Lucas na última Ceia, naquela seqüência admirável de perícopes que vão desde a expressão do desejo intenso de Jesus de partilhar aquela Ceia pascal com seus amigos (cf Lc 22,14-16), até o anúncio do combate decisivo (vv. 35-38) e a saída para o monte das Oliveiras (v. 39). É nesse contexto que, depois de o Mestre ter-lhes confessado que um deles o trairia, os discípulos, após um primeiro momento de hesitação, voltam à discussão favorita: *quem dentre eles seria "o maior"*... Jesus pacientemente lhes dá a lição, que Marcos já havia situado na subida a Jerusalém (cf Mc 10,35-45, como vimos acima).

Os termos de Lucas são um pouco diferentes, mas o pensamento é o mesmo. Jesus evoca os "reis que dominam" e as "autoridades chamadas de benfeitores"³¹ e adverte, como em Marcos: "*Entre vocês, porém, não deve ser assim*" (Lc 22,26). E continua: "*O maior dentre vocês torne-se como o mais jovem*³², e o que manda seja como quem serve". E argumenta: "*Quem é o maior: não é quem está sentado à mesa? Eu, porém, estou no meio de vocês como aquele que serve*" (v. 27). - Pois bem, imediatamente depois desta lição do "serviço no comando" ou do "comando serviço", Jesus dirige-se a Pedro, distinguindo-o entre os Doze: "*Simão, Simão... orei por ti, para que a tua fé não desfaleça. E tu, uma vez convertido, confirma teus irmãos*" (Lc 22,31-32). Isto é, sem dirimir diretamente a disputa sobre qual deles era "o maior", Jesus dá a entender que é Pedro quem deve assumir, se não a primazia da honra, certamente a primazia do serviço.

Mas temos ainda o quarto evangelho, no qual João apresenta este mesmo ensinamento de Jesus situado, como no de Lucas, na última Ceia, dando-lhe um realce ainda maior pela dramatização do lava-pés. Não encontramos aí, como nos Sinóticos, a disputa pelo "primeiro lugar". Mas encontramos, por parte de Pedro, a resistência à mística do "serviço": "*Senhor, tu, lavar-me os pés?*" (Jo 13,6). Jesus insiste: "*Se eu não te lavar, não terás parte comigo!*" (v. 8) Pedro então aceita, sem entender, no momento, que "deixar-se lavar os pés por Jesus" era aceitar o seu caminho, a sua maneira de "consumar a sua obra": humilhando-se, assumindo a condição de servo, até à morte na Cruz, e querendo que seus discípulos estivessem dispostos a assumir a mesma condição "*lavando os pés uns dos outros*", uma vez que ele, o "Mestre e Senhor"³³, o havia feito (cf vv. 13-15).

Ensinava assim Jesus, a seus discípulos e a nós, o "mútuo serviço fraterno", numa comunidade de iguais, aparentemente sem distinguir funções diante da sua missão suprema, apesar do realce dado a Pedro no relato. Tanto mais que é nesse evangelho segundo João que encontramos a mais concentrada cristologia, aparecendo, no c. 10, Jesus como o único "Pastor" autêntico, o "bom Pastor", chefe e guia do rebanho, mas que pelo rebanho dá a vida (Jo 10,11). Assim todos nós, diante dele, somos ovelhas iguais, igualmente dependentes dele.

Acontece porém, que, no mesmo evangelho, no c. 21, no último diálogo entre Jesus e seus discípulos, o Senhor distingue Pedro, que o ama "mais do que os outros", e o constitui "pastor" das suas ovelhas, do seu rebanho (Jo 21,15-17). *Pedro-pastor*, portanto, à semelhança de *Jesus-pastor*, dando Vida ao rebanho e pelo rebanho dando a

própria vida (v. 18)²⁴: tal é a "Sabedoria política" de Jesus, a sua maneira de encarar o poder entre seus discípulos e, em consequência, onde quer que o poder se encontre e se exerça.

CONCLUSÃO

Periodicamente, numa democracia - como neste ano de 1994, aqui no Brasil - somos envolvidos pelas campanhas políticas dos vários candidatos aos diversos escalões do poder. Quanto mais alto o cargo, mais ampla e mais desgastante a campanha. O que será que move esses postulantes aos votos do eleitorado? É a genuína vontade de servir? Ou, infelizmente, são os interesses mais diversos, que se traduzem no desígnio de servir-se, em vez de servir?

Como não vivemos numa monarquia hereditária absoluta, nem, benza Deus, numa ditadura, temos, em bem da democracia, de assumir o "transtorno" e "desgaste" que é o processo eleitoral. E temos de contar com candidatos²⁵, sem os quais o processo não deslancha e não chega a lugar algum.

E aí é que está o problema. Candidatos "perfeitos", provavelmente nunca os teremos. Mas que fossem o mais possível dotados daquela "sabedoria política" que já a antiga tradição sapiencial e profética apregoava, como vimos acima, uma Sabedoria que se deixa conduzir pela Justiça e que leva a amar e exercer uma Justiça que atua antes de tudo em favor do pobre... a fim de que se reverta, afinal, esse processo suicida de pauperização crescente em que o país se encontra! Candidatos, ainda, tocados pela "sabedoria política" de Jesus, que nos aponta o serviço, o propósito de servir, como o único legitimador da pretensão de um cargo público: "Se alguém dentre vocês quiser ser o maior, que seja o servo de todos!" (Mc 10,44: cf supra).

Será isso utopia? Será possível termos candidatos assim, que comecem e perseverem dedicados ao bem comum? Candidatos que resgatem a dignidade e a nobreza da ação política e restituam a esperança ao nosso povo? Mas de onde eles surgiriam, se não de nossas próprias famílias e comunidades?

Possa o Senhor, que nos prometeu, segundo Jr 3,15, "pastores segundo o seu coração", pastores-líderes não apenas religiosos mas também - e talvez mais ainda - líderes civis, chefes políticos em cujas mãos está, literalmente, a vida do povo, suscitar verdadeiras vocações políticas em nossa pátria, que se aproximem o mais possível do modelo daquele que, conduzido pelo Espírito da Sabedoria, veio "não para ser servido, mas para servir" (Mc 10,45). ♦

NOTAS

¹ Encontro a expressão em VANEL, A., no *Dictionnaire de la Bible, Supplément*, DBS, tomo XI, verbete "Sagesse", col. 15ss.

² Id., *ibid.*, col. 4

³ Cf minha síntese da noção de Sabedoria, em seus quatro níveis, na Introdução do meu Comentário ao Sirácida: PEREIRA, N. B., "Sirácida ou Eclesiástico", Ed. VOZES, 1992, p. 17

⁴ Esta perícopa, na "Bíblia Pastoral", tem a sugestiva epígrafe: "A Sabedoria traz discernimento político"... enquanto outras edições recentes, p. ex., a das Vozes, da Leb-Loyola, e mesmo a

TOB, não ajudam o leitor a perceber este aspecto "político" do texto.

⁵ É conhecida a dificuldade de traduzir esse termo - *hesed* - tão essencial na teologia profética, especialmente em Oséias. Os LXX normalmente o traduzem por *éleos*, a Vulgata por *miseri-córdia*, a BJ por amor... mas ele é também fidelidade, solidariedade, bondade, algo tão essencial no agir humano, que Deus quer de nós "antes o *hesed* que os sacrifícios rituais", como taxativamente proclama Os 6,6 e Jesus vai reafirmar por duas vezes, em Mt 9,13 e 12,7. Recentemente foi publicado um longo estudo sobre o termo, na Inglaterra: CLARK, G.R., "The word *hesed* in the Hebrew Bible", *Journal for the Study of the Old Testament Supplement Series*, 157, Sheffield, UK, JSOT Press, 1993, 286 pp.

⁶ Cf DBS, tomo XI, col. 12

⁷ Id., *ibid.*, col. 18

⁸ *ibid.*, col. 28

⁹ Cf *ibid.*, col. 29

¹⁰ Citado por VANEL, A., *ibid.*, col. 31

¹¹ Cf PEREIRA, N.B., "Nossos planos e o plano de Deus", in ENCONTROS TEOLÓGICOS n.2 (1986/2), p. 3-5, especialmente p. 3-4 sobre "O plano de Deus em Isaías".

¹² Paralelo ao *hesed* em textos capitais como Os 6,6 ("É o amor que eu quero e não os sacrifícios rituais: o conhecimento de Deus, mais que os holocaustos") e Os 4,1: Deus entra em processo contra seu povo porque "não há amor nem conhecimento de Deus no país"... E aí não se trata de um amor e conhecimento de Deus "verticais", mas, pelas provas exibidas no v. 2, de uma solidariedade interumana que não está existindo... Cf, acima, Nota 5.

¹³ Alguns, como SCARPAT, G., no seu estudo "Ancora sull'autore del libro della Sapienza", in Riv. Biblica 15(1967), 171-189, defendem que o livro da Sabedoria foi escrito em plena dominação romana, por vários indícios do texto que outros autores, porém, interpretam diferentemente.

¹⁴ A BJ e a maioria dos comentaristas optam pela data aproximada de 50 aC.

¹⁵ Assim STORNILO, I., no seu breve mas sugestivo "Como ler o livro da Sabedoria", Ed. Paulus, SP, 1993, p. 8

¹⁶ Tal é a estatística do autor helenista Diodoro SÍCULO, in *Bibliotheca Historica* 17,52, cit. por SISTI, A., "Il Libro della Sapienza", Ed. Porziuncola, Assisi, 1992, p. 19, nota 37.

¹⁷ ALONSO-SCHOEKEL, L., "Eclesiastes y Sabiduría", col. "Los Libros Sagrados" n. 17, Ed. Cristiandad, Madrid, 1974, p. 73. - Os autores da col. "Tua Palavra é Vida", no vol. 4, "Sabedoria e Poesia do povo de Deus", Publicações CRB, Ed. Loyola, 1993, se equivocam, na p. 216, quando atribuem esta afirmação à Bíblia de Jerusalém. De resto, temos aí, nas p. 208-227, um excelente roteiro de introdução ao livro da Sabedoria, ressaltando a sua dimensão "política".

¹⁸ Há um interessante artigo de Santiago BRETÓN, em "Cuadernos Bíblicos" 1, Roma, 1978, p. 77-104, com o título significativo: "Libro de la Sabiduría o Libro de la Justicia?", com o subtítulo: "El tema de la Justicia en la interpretación del libro de la Sabiduría", em que o autor alerta para a "armadilha", na qual caíram muitos comentaristas, de não perceberem a centralidade do tema da Justiça nesse livro, alerta aliás já feito por ALONSO-SCHOEKEL na introdução do seu Comentário, já citado acima, cf Nota 17.

¹⁹ Já citado na Nota 17

²⁰ Cf ALONSO-SCHOEKEL, *ibid.*, p. 80

²¹ ALONSO-SCHOEKEL, *ibid.*, p. 74

²² STORNILO, I., "Como ler o livro da Sabedoria", Ed. Paulus, SP, 1993, p. 10

²³ É o roteiro do livro já cit. na Nota 17, "Sabedoria e Poesia do Povo de Deus", Publicações CRB, 1993, Ed. Loyola, p. 213-215

²⁴ Id., *ibid.*, p. 215

²⁵ Sobre este texto, ver o interessante estudo de KONINGS, J., "Meu reino não é deste mundo: de que se trata?" in RIBLA, n. 17(1994/1), p. 54-64, onde o autor explica que Jesus não propõe uma fuga do mundo, mas uma distinção entre o seu "Reino" e o "sistema" deste mundo, afirmando porém a sua missão de, no mundo, dar testemunho da Verdade...

²⁶ Também sobre este texto difícil, confira os estudos dos especialistas, p. ex., nos comentários dos Sinóticos. Parece-me pertinente a análise, já antiga, de KONINGS, J., in "Jesus nos evangelhos sinóticos", VOZES 1977 (esgot.), p. 110-113, sobre "o tributo a César" (Mc 12,13-17 prl).

²⁷ A propósito, sobre "mandar e ser mandado", não resisto à tentação de reproduzir o delicioso comentário de P.T.MARCHIORI sobre Dom Duarte Leopoldo e Silva, Arcebispo de São Paulo no início do século, famoso também pelo incidente com Madre Paulina: "Dom Duarte era do tempo em que os bispos mandavam muito. Quem manda muito, erra mais. Muitos superiores descobriram, hoje, que, mandando pouco, se erra menos. Mandando nada, errariam menos ainda, não fosse o desastre de deixar confusão e desordem nas comunidades. Quem está designado para mandar, o serviço dele é mandar, não pode substituir esse dever, que hoje é o mais duro de todos, pelo serviço de lavar a louça. É preciso mandar, decidir, ordenar, mesmo com o perigo de errar. E aceitar com humildade as consequências, os desacertos, os desacatos, e todas as contradições"... (cf P.T.MARCHIORI, "Elas andaram por estes caminhos" (história de Amabile Visintainer, Madre Paulina, e suas companheiras), Fpolis, 1994, p. 30.

²⁸ Única exceção parece ser o Apocalipse, que vê o Império como "cria" do Dragão (Ap 13) e Roma como a prostituta, fadada à destruição (Ap 17-18).

²⁹ Notar que o mesmo episódio, em Mt 20,20-23, é apresentado diferentemente, os dois irmãos aparecendo como "inocentes úteis" de sua mãe: Mateus, que se esforça por melhorar a imagem dos discípulos, mais negativa e franca em Marcos, coloca aqui na berlinda não Tiago e João, mas a mãe deles... Já Lucas não tem ou omite o episódio, transpondo o seu equivalente para a última Ceia (cf Lc 22,24-27), à semelhança de João.

³⁰ O último número do "Notiziario della Comunità de Il'Isolotto", Firenze, 1993/3, dicembre, apresentava o relatório de um Seminário nacional italiano das CDB (Comunità di Base), com o significativo título "Nè Padri nè Maestri" (Nem Pais nem Mestres)... evidentemente contestando a estrutura hierárquica da Igreja. Na conferência de O. DA SPINETOLI, "Le religioni: prepotenza degli assoluti", porém, ele começa reconhecendo que a proposta "Nem Pais nem Mestres" não é a "reivindicação de um anarquismo absoluto"... pudera!

³¹ "Autoridades", lit. "os que detêm a autoridade", gr. *Eksousiázontes*, que a BJ brasileira traduz indevidamente por "os que os tiranizam"... "Benfeitores", gr. *Evergétai*, era o título oficial de vários dos Ptolomeus do Egito, no período helenista.

³² Como observa a TEB (Trad. Ecumênica da Bíblia, NT, Ed. Loyola), no mundo palestinese "o mais jovem" era o último na hierarquia e dele se esperava - como se espera ainda hoje - que fosse serviçal (cf At 5,6) e que desse a precedência aos mais velhos (cf 1Pd 5,5)...

³³ "Mestre", mais do que os "mestres" fariseus, e "Senhor", gr. *Kúrios*, mais do que o Imperador de Roma!

³⁴ Notar como Pedro entendeu, humilde e colegialmente, esse ministério e o exerceu, no final da 1ª carta a ele atribuída: lemos aí sua exortação aos co-irmãos "presbíteros" para que apascentem o rebanho de Deus "não como senhores" mas "como modelos do rebanho"... a fim de poderem receber, do "Supremo Pastor", a coroa da glória (cf 1Pd 5,1-4).

³⁵ É interessante, a propósito de "candidatos", a observação da 1Tm 3,1 onde se afirma que é "boa coisa", "boa obra", "aspirar ao episcopado"... isto é, desejar uma liderança na comunidade. Contanto que tenham as qualidades para o cargo (cf *ibid.*, vv. 2-7) e a reta intenção, só podemos incentivar tais pessoas.

Endereço do Autor:

ITESC - cx postal 5041
88040-970 FLORIANOPOLIS, SC

Política e Igreja

Catequese: Lugar de Educação Política?

Pe. Juventino Kesting
Professor de Teologia Pastoral

“**A** Política, enquanto atividade que concretiza a responsabilidade de todos pelo bem comum, é dever de todos na Igreja”¹. A dimensão política da fé é uma prática recente no conteúdo da catequese. Fé é um ato político. É adesão consciente a

Jesus Cristo. Manifesta-se na atitude de pertença a uma comunidade eclesial. O cristão inserido no mundo é chamado para transformá-lo e fazer dele a morada digna de todos os homens. Tudo o que diz respeito à pessoa humana torna-se objeto e conteúdo da catequese: violência, injustiça, corrupção, desemprego, inflação, poder, autoridade, cidadania, educação, marginalização, agressões à vida, organização da